

Senhor Ministro da Administração Interna começo por cumprimentar Vossa Excelência e expressar o nosso agradecimento pela presença nesta conferência.

Senhor Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Senhor Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Senhor Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, Senhor Diretor Nacional da Polícia Judiciária, Senhor Secretário Geral Adjunto, Senhor Bastonário da Ordem dos Psicólogos, oradores, convidados, académicos e conferencistas que nos acompanham presencialmente ou por videoconferência, a todos o meu muito obrigada pela presença.

Impõe-se a pergunta: porquê o interesse pela temática do “Controlo de conflitos e desescalada no âmbito da intervenção policial”?
Porque estamos hoje aqui?

A resposta é simples: porque nos importamos. Porque nos importamos.

Importamo-nos com o cidadão que quer continuar a viver num país seguro e pacífico.

Importamo-nos com o cidadão que legitimamente exige forças de segurança que atuem em rigoroso respeito pela constituição e pela Lei.

Mas também nos importamos com os agentes de autoridade que exercem uma atividade exigente e vital para a normal vida em sociedade.

Agentes de autoridade que por vezes se vêm confrontados com faltas de respeito e até com provocações por parte de alguns cidadãos.

Queremos polícias preparados para lidar com tudo isto, sem comprometerem o seu bem-estar e a sua saúde mental.

Apenas continuaremos a viver num País seguro e pacífico com Polícias que tenham bem interiorizada a importância da sua função, mas também dos deveres e das especiais obrigações daí decorrentes.

Apenas continuaremos a viver num País seguro e pacífico se todos e cada um de nós respeitar e se orgulhar da sua polícia.

E esse respeito mútuo tem que existir e manifestar-se em todos os momentos da nossa vida.

Estudos demonstram que o mais relevante fator de motivação para uma instituição e para o indivíduo é o reconhecimento.

E aí, no reconhecimento, não podemos falhar perante aqueles que zelam, dia e noite, pela nossa segurança, que garantem o normal funcionamento das instituições e do Estado de Direito, que bem recentemente continuaram na rua enquanto estávamos em casa.

Há polícias que falham no cumprimento do dever?

Certamente!

Um polícia tem que saber que os poderes que exerce não derivam de si mas antes da função que desempenham.

Todos temos que ter presente que se trata de uma atividade humana particularmente difícil. São exigidos sacrifícios aos policias que impactam com a sua vida familiar, com as horas de descanso e, por vezes, até com a própria vida.

Tem que nos fazer refletir que haja em Portugal, como em muitos outros países, mais polícias que morrem por suicídio do que no cumprimento do dever.

Isso traduz bem a exigência da função, o *stress* a que são sujeitos e até o *burnout*.

Os policiais precisam e merecem mais.

Precisam de conhecer técnicas e ferramentas para, numa relação de conflito, serem capazes de introduzir o desescalamento.

Merecem que atentemos na sua saúde mental e na necessidade de fazerem a gestão das tensões com que lidam todos os dias.

Temos a responsabilidade de estudar, enquadrar e resolver este estado de coisas.

Devemo-lo aqueles que todos os dias garantem que o nosso modo de vida se encontra assegurado.

Toda a atividade do Estado deve ser objeto de escrutínio.

Temos por isso o direito de exigir responsabilidade aos polícias, mas temos igualmente o dever de os respeitarmos.

É pelo cidadão e é pelos polícias que nos importamos.

É pelo cidadão e é pelos polícias que aqui estamos.

Espero que hoje iniciemos um trabalho de cooperação que promova a qualidade do trabalho policial e o justo reconhecimento da comunidade. E que ninguém, nem nenhuma instituição fique de fora.

Para concluir, quero deixar publicamente a expressão, enquanto Inspectora-Geral da Administração Interna, do respeito, consideração e reconhecimento que nos merecem aqueles que bem servem nas Forças e Serviços de Segurança.